

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



Edwaldo Costa
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



Edwaldo Costa
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T689 Torre de Babel: créditos e poderes da comunicação 2 /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-871-7

DOI 10.22533/at.ed.717211103

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção Torre de Babel: Créditos e Poderes da Comunicação é apenas um breve panorama da produção e reflexão acadêmica na área, contemplando a produção de dois e-books, que reúnem não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação ensina, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiatização e conflitos de informação. Neste e-book 2, apresentamos 27 capítulos de 34 pesquisadores.

Na Bíblia, o Gênesis conta que “o mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras” (Gn 11,1). Os homens resolveram, porém, criar uma cidade com uma torre tão alta que chegaria a tocar o céu e os tornaria famosos e poderosos. Então Deus, para castigá-los, fez com que ninguém mais se entendesse e os homens passaram a falar línguas diferentes. Assim, os construtores da torre se dispersaram e a obra permaneceu inacabada. A diversidade das línguas surge como forma de evitar a centralização do poder. A cidade dessa história bíblica ficou conhecida como Babel, que significa “confusão”.

Muitos milênios depois, o homem se encontra enredado em múltiplas formas de comunicação, com línguas, códigos e dispositivos diversos, cada vez mais sofisticados e mais céleres. Todavia, a (in)compreensão das mensagens vem, assustadoramente, transformando-se, muitas vezes, na destruição da harmonia e da paz entre os homens. Mesmo com o avanço da tecnologia, a comunicação parece permanecer precária. A civilização ergue monumentos gigantescos, mas não é capaz de resolver conflitos básicos.

Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, legislação, concentração de mídia no Brasil, políticas de comunicação, indústria fonográfica, campanha publicitária, atividade extensionista, produções audiovisuais, análise de vídeos, TV Excelsior, festivais de música popular, Série Elite, diversidade, cultura pop, jornalismo cultural, Filme Hebe, necropolítica, estética da ecopropaganda audiovisual, telenovelas de Benedito Ruy Barbosa, perfil do assessor de imprensa do interior de São Paulo, *trickster*, imaginário, humor, rádio paranaense, arte multidimensional, Nelson Leirner, *branding*, marketing de conteúdo, TV no Brasil, TV em Cabo Verde, TV em Portugal, programas infantis na TV Aberta, editoriais de obras espíritas, Revista TV Sul Programas, Superamigos, ficcionalidade nas telenovelas brasileiras, publicidade eleitoral, tabus da sexualidade feminina, regulamentação das rádios comunitárias, film-photo e debates internacionais que precederam o informe Macbride.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos a estrutura da Atena Editora,

capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESTRUTURA DISCURSIVA NARRATIVA APLICADA AO TEXTO PUBLICITÁRIO: POTENCIALIDADES E SUBVERSÕES NA VISÃO DE WALTER BENJAMIN	
<i>Marina Aparecida Espinosa Negri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111031	
CAPÍTULO 2	16
A FUNCIONALIDADE DAS ESTRATÉGIAS CRIATIVAS BASEADAS EM HUMOR, IRONIA E DEBOCHE NOS ENUNCIADOS PUBLICITÁRIOS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Marina Aparecida Espinosa Negri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111032	
CAPÍTULO 3	33
LEGISLAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE MÍDIA NO BRASIL: TRÊS DÉCADAS DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO (1988-2018)	
<i>Vitor Pereira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111033	
CAPÍTULO 4	45
INDÚSTRIA FONOGRAFICA: O MERCADO DE MÚSICA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	
<i>Daniel Parente Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111034	
CAPÍTULO 5	56
CRIAÇÃO DE CAMPANHA PUBLICITÁRIA: INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA POR MEIO DE ATIVIDADE EXTENSIONISTA	
<i>Andressa Deflon Rickli</i>	
<i>Layse Pereira Soares do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111035	
CAPÍTULO 6	64
A CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE DOS VIDEOCLIPES DE LIA CLARK, GLÓRIA GROOVE, IZA E WANESSA CAMARGO	
<i>Luiz Guilherme de Brito Arduino</i>	
<i>Renata Maria Monteiro Stochero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111036	
CAPÍTULO 7	79
A TV EXCELSIOR E AS COMPETIÇÕES MUSICAIS: OS FESTIVAIS DE MÚSICA POPULAR DE 1965 E 1966	
<i>Talita Souza Magnolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7172111037	

CAPÍTULO 8	93
LEITURA CRÍTICA DA SÉRIE ELITE: UMA DISCUSSÃO SOBRE REPRESENTAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DIVERSIDADE NA CULTURA POP	
Luiz Guilherme de Brito Arduino Vânia de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.7172111038	
CAPÍTULO 9	112
A VALORAÇÃO DO FILME HEBE EM REPORTAGENS DO JORNALISMO CULTURAL	
Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.7172111039	
CAPÍTULO 10	126
NECROPOLÍTICA E PRECARIIDADE NO GESTO DE FILMAR O LUTO DE CRISTIANO BURLAN	
Leandro Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.71721110310	
CAPÍTULO 11	138
O FILME VERDE: PARA UMA ESTÉTICA DA ECOPROPAGANDA AUDIOVISUAL	
Francisco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.71721110311	
CAPÍTULO 12	149
A ANÁLISE HISTÓRICA DO ESTILO TELEVISIVO E A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS TELEVISUAIS PARA O TEMA DA TERRA, EM TELENÓVELAS DE BENEDITO RUY BARBOSA	
Reinaldo Maximiano Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.71721110312	
CAPÍTULO 13	165
O PERFIL DO ASSESSOR DE IMPRENSA DO INTERIOR DE SÃO PAULO	
Ivana Laís da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.71721110313	
CAPÍTULO 14	188
O TRICKSTER EM SINTONIA COM O IMAGINÁRIO: MITO E HUMOR NO RÁDIO PARANAENSE	
Rafaeli Francini Lunkes Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.71721110314	
CAPÍTULO 15	198
ARTE MULTIDIMENSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A GRANDE PARADA, DE NELSON LEIRNER	
Marcos Rizolli	
DOI 10.22533/at.ed.71721110315	

CAPÍTULO 16	206
BRANDING E MARKETING DE CONTEÚDO: FORTALECIMENTO E GERAÇÃO DE VALOR PARA A MARCA POR MEIO DE CONTEÚDO SIGNIFICATIVO, CONSISTENTE E RELEVANTE NO AMBIENTE DIGITAL	
Railson Marques Garcez José Samuel Scriviner Neto	
DOI 10.22533/at.ed.71721110316	
CAPÍTULO 17	222
OS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: PANORAMAS DA TV NO BRASIL, EM CABO VERDE E EM PORTUGAL	
Vitor Pereira de Almeida Ricardo Matos de Araújo Rios	
DOI 10.22533/at.ed.71721110317	
CAPÍTULO 18	233
70 ANOS DE EVOLUÇÃO (OU INVOLUÇÃO) DO NÚMERO DE PROGRAMAS INFANTIS NA TV ABERTA	
Dirceu Lemos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71721110318	
CAPÍTULO 19	246
RITOS GENÉTICOS (EDITORIAIS) DE OBRAS ESPÍRITAS	
Alcione Gonçalves Antônio Augusto Braico	
DOI 10.22533/at.ed.71721110319	
CAPÍTULO 20	259
REVISTA TV SUL PROGRAMAS: UM RETRATO DOS PIONEIROS DA TELEVISÃO	
Filipe Peixoto Laira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.71721110320	
CAPÍTULO 21	272
SUPERAMIGOS E AS TRÊS DIMENSÕES DO ESPETÁCULO DE CARIDADE	
Marcelo Travassos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71721110321	
CAPÍTULO 22	286
TERRITÓRIOS DE FICCIONALIDADE E SEUS USOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS TRAMAS DAS TELENOVELAS BRASILEIRAS	
Maressa de Carvalho Basso	
DOI 10.22533/at.ed.71721110322	
CAPÍTULO 23	298
O “MITO” NA PUBLICIDADE ELEITORAL; O USO DA PERSUASÃO NA CAMPANHA DE	

JAIR BOLSONARO

Bianca Monti Piazza Lopes

Roberta Fleck Saibro Krause

DOI 10.22533/at.ed.71721110323

CAPÍTULO 24.....312

TABUS DA SEXUALIDADE FEMININA: A SEXUALIZAÇÃO DA MULHER AFRO-BRASILEIRA

Juliana Lopes Ordéas Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.71721110324

CAPÍTULO 25.....321

20 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: POUCOS AVANÇOS E DEMANDAS DE NOVAS CONQUISTAS

Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini

DOI 10.22533/at.ed.71721110325

CAPÍTULO 26.....334

UM SÉCULO DE SINFONIAS URBANAS: *FILM-PHOTO* E INCONSCIENTE ÓTICO

Fernanda Aguiar Carneiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.71721110326

CAPÍTULO 27.....344

UMA ARENA, MUITAS DISPUTAS: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DEBATES INTERNACIONAIS QUE PRECEDERAM O INFORME MACBRIDE

André Luís Lourenço

Juliano Maurício de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.71721110327

SOBRE O ORGANIZADOR.....358

ÍNDICE REMISSIVO.....359

CAPÍTULO 27

UMA ARENA, MUITAS DISPUTAS: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DEBATES INTERNACIONAIS QUE PRECEDERAM O INFORME MACBRIDE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/01/2021

André Luís Lourenço

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
(Senac)
São Paulo, SP
<http://lattes.cnpq.br/3837519154356668>

Juliano Maurício de Carvalho

Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Bauru, SP
<http://lattes.cnpq.br/5849711278501873>

Este artigo evidencia parte dos resultados da Tese de Doutorado intitulada Políticas regionais para produção de conteúdos digitais: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual na agenda da Unasul, desenvolvida pelo primeiro autor do artigo, André Luís Lourenço, sob a orientação do segundo autor, Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru. A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma versão deste trabalho foi apresentada no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020.

RESUMO: O artigo propõe a reconstrução histórica dos encontros e debates internacionais que culminaram na criação da Comissão

Internacional sobre Problemas da Comunicação, no âmbito da Unesco, cujo relatório final ficaria conhecido como Informe MacBride (1980). Para isso, utilizando Pesquisa e Análise Documental como método e técnica, recorre-se a atas e informes da ONU e da Unesco ao longo da década de 1970, além da literatura específica sobre o tema produzida no âmbito do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal). Busca-se, assim, resgatar o percurso desde o ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, bem como evidenciar as pressões e disputas ideológicas exercidas por atores internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ciespal, Informe MacBride, ONU, Políticas de Comunicação, Unesco.

ONE ARENA, MANY DISPUTES: A HISTORICAL RECONSTRUCTION OF THE INTERNATIONAL DEBATES THAT PRECEDED THE MACBRIDE REPORT

ABSTRACT: The article proposes the historical reconstruction of the international meetings and debates that culminated in the creation of the International Commission on Communication Problems, within the scope of Unesco, whose final report would be known as Informe MacBride (1980). For this, using Document Research and Analysis as a method and technique, we use minutes and reports from the UN and Unesco throughout the 1970s, in addition to the specific literature on the topic produced within the scope of the International Center for Higher Studies

in Communication for Latin America (Ciespal). Thus, it seeks to recover the path since the beginning of the debate on Communication problems and their relationship with the development of underdeveloped countries on the international agenda, as well as to highlight the ideological pressures and disputes exerted by international actors.

KEYWORDS: Ciespal; Communication Policies; MacBride Reporte; UN; UNESCO.

1 | INTRODUÇÃO

O fenômeno da expansão capitalista e a preocupação com a questão do desenvolvimento econômico têm mobilizado a comunidade internacional desde o início do século XX (SALLES, 2012), seja em razão do interesse pelo alargamento das fronteiras de produção e consumo, seja pela inquietação quanto às consequências dos programas de consolidação desse modelo de produção e acumulação de capital. Diferentes perspectivas de interpretar e produzir modelos de desenvolvimento têm estado na arena de disputa internacional, estimuladas por diferentes atores internacionais e permeadas de distintos objetivos programáticos. Os organismos internacionais, como aqueles advindos da criação do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ganharam destaque no processo de elaboração e difusão de modelos de desenvolvimento, influenciados por uma série de atores, interesses e contextos.

O surgimento de diferentes perspectivas de desenvolvimento foi acompanhado por transformações importantes no campo das tecnologias da informação e da comunicação, que determinaram cenários, consequências e características tanto no sistema de produção quanto no processo de interação social e produção de bens simbólicos (SCHRAMM, 1967, 1969; ISLAS, 2005). Isso produziu distintas perspectivas de se interpretar o fenômeno e o papel que deveriam exercer os veículos de comunicação para o processo de desenvolvimento econômico, gerando tanto a atenção de organismos internacionais para os problemas da comunicação, quanto o surgimento de outros organismos cujos focos se centraram nos estudos e proposições de atuação dos meios de comunicação, por meio de sistemas de regulação e fomento à produção midiática nos âmbitos local, regional e internacional.

Entre essas diferentes perspectivas de pensar o desenvolvimento destaca-se a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), surgida no âmbito da ONU, que representou um conjunto de estratégias e acordos de regulação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que tem se estabelecido entre sistemas, hemisférios e países do mundo. A NOEI teve grande influência do estruturalismo latino-americano elaborado na década de 1960 e 1970 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e forte engajamento dos países subdesenvolvidos no âmbito da ONU. Basicamente, a NOEI se referia a um conjunto de diretivas e estratégias para o desenvolvimento autônomo do chamado Terceiro Mundo, por meio da libertação cultural dos povos e da produção e utilização de tecnologias para eliminação da fome, miséria e do subdesenvolvimento

(GARCÍA, 1980). Esse conjunto de estratégias e acordos de regulação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas pavimentou o caminho para a concepção do Informe MacBride –traduzido à língua portuguesa com o título “Um Mundo, muitas vozes” (MACBRIDE, 1980) –, que formalizaria as teses e propostas para uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

Nesse contexto, este artigo propõe a reconstrução histórica dos encontros e debates internacionais que permitiram a criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação (UNESCO, 1976b), no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), cujo relatório final de estudo e proposição ficaria conhecido como Informe MacBride (1980). Para isso, utilizando Pesquisa e Análise Documental (MOREIRA, 2012; CELLARD, 2008), como método e técnica, recorre-se a atas e informes da ONU e da Unesco ao longo da década de 1970, além da literatura específica sobre o tema produzida no âmbito do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal). Portanto, não se trata de discutir os conteúdos, perspectivas e orientações consolidadas no âmbito do Informe Macbride (1980), mas de resgatar e evidenciar o percurso desde o ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, bem como as pressões enfrentadas e as disputas ideológicas e discursivas registradas ao longo do caminho.

2 | O INGRESSO DO DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS DA COMUNICAÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL

Apesar de a questão da Comunicação já estar presente na pauta sobre desenvolvimento nos primeiros anos da ONU e da Unesco, o debate acerca dos problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos teria sido iniciado propriamente, segundo Jurado Vargas (2009), a partir da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1970. Na oportunidade, a temática da comunicação seria tratada com mais profundidade, gerando uma série de resoluções e recomendações¹ que poderiam ser resumidas em três eixos: “livre circulação de informações e intercâmbios internacionais”, “informação” (qualidade), e “informação pública e fomento à cooperação internacional” (UNESCO, 1970a, p. 64).

A respeito da “livre circulação de informações e intercâmbios internacionais”, a Conferência aprovou a necessidade de os Estados promoverem a mais ampla circulação de “*materiales de carácter educativo, científico y cultural*”, com intensificação do apoio das “*organizaciones internacionales competentes para la adopción de medidas que faciliten la*

1. Evidentemente, outras temáticas foram tratadas na Conferência, como a promoção de políticas científicas conjuntas entre os países membros, o fomento à atividade docente e a emergência de diretrizes para fomento à produção e à documentação de arquivos e livros (UNESCO, 1970a); porém, o relevante para este estudo é o fato de a Comunicação ter sido tratada especificamente no âmbito do debate internacional e voltada aos interesses de promoção do desenvolvimento.

circulación de estos materiales” (UNESCO, 1970a, p. 58). Isso demandaria, por exemplo, ações dos organismos multilaterais nos âmbitos mundial e regional. Jurado Vargas (2009) explica que a diretiva incluiria tanto políticas de incentivo à produção e à circulação de materiais editoriais, quanto o fortalecimento da estrutura tecnológica da informação e da comunicação. Também ficaria mencionada a necessidade de debate acerca de questões relativas ao Direito de Autor, em cooperação com a ONU e a União Internacional de Telecomunicações (UIT) (UNESCO, 1970a, p. 60).

Em relação à qualidade da informação, as conclusões da Conferência indicariam a necessidade de fomento ao desenvolvimento dos serviços nacionais de informação, bem como à formação de especialistas e pesquisadores no setor. A Conferência ainda colocaria especial atenção à cooperação entre institutos de informação e investigação no setor (UNESCO, 1970a, p. 61). Nesse sentido, Jurado Vargas (2009, p. 89) destaca que se acordaram, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a influência da informação na sociedade; o incentivo ao desenvolvimento e à adoção de códigos deontológicos de produção de informações; o estímulo ao desenvolvimento científico da área e ao intercâmbio científico, relativos ao estudo dos meios de comunicação. Também foi sugerida a criação de agências e de serviços nacionais de informação que pudessem produzir conteúdos alternativos aos veiculados pelas empresas transnacionais de informação, assim como a promoção da formação de comunicadores especializados.

Em relação ao eixo “informação pública e fomento à cooperação internacional”, a Conferência estabeleceu a necessidade de os Estados produzirem legislações que regulassem a utilização dos meios de informação quanto à propaganda em favor do racismo, guerra ou qualquer representação de ódio (UNESCO, 1970a, p. 61). Na oportunidade da 16ª Conferência Geral da Unesco, Jurado Vargas (2009) destaca ter surgido a demanda pela produção de parâmetros legislativos que pudessem orientar os diferentes Estados quanto ao desenvolvimento de políticas de comunicação capazes de combater a problemática da distribuição desigual dos meios de comunicação. Nesse sentido, frisou-se a necessidade de organização de sistemas de comunicação mais equilibrados de intercâmbio de informações, respeitando e fomentando a identidade cultural dos povos, individualmente, e das regiões – a partir de políticas para reestruturação da comunicação dos países, sobretudo periféricos.

Essas temáticas acerca dos problemas da Comunicação e da necessidade de Políticas Nacionais de Comunicação reverberariam, em 1972, por ocasião da “*Reunión de Expertos sobre Políticas y Planeamiento de la Comunicación*”, realizada em Paris. De acordo com o Informe Final da Reunião (UNESCO, 1973), a comunicação seria considerada, para a Unesco, como elemento indispensável para a melhoria da qualidade de vida das diferentes sociedades, sob a óptica da produtividade, da expressão pessoal, bem como de suas necessidades e vínculos sociais. Já nos países menos industrializados, a tarefa seria aumentar a participação da população na discussão de temáticas econômicas e nacionais e melhorar os conhecimentos técnicos e práticos.

Num cenário de ampliação da presença dos meios de comunicação, as Políticas de Comunicação ganhariam destaque e teriam de considerar uma série de variáveis decorrentes da crescente relevância e capacidade de impacto social e em relação aos modelos de desenvolvimento. Entre essas variáveis estariam conflitos relativos aos limites do público e do privado – como liberdade de expressão em confronto com a privacidade; a livre iniciativa em confronto com a diversidade das mídias; liberdade de imprensa em confronto com livre iniciativa; a necessidade de comunicação para o desenvolvimento em confronto com as perspectivas comerciais (livre iniciativa); entre outros dilemas (UNESCO, 1973).

3 | A CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE COMUNICAÇÃO NO DEBATE INTERNACIONAL

Schenkel (1981) explica que o campo de análise de políticas de comunicação teria ganhado destaque a partir de um movimento articulado entre as concertações internacionais e os esforços interpretativos das Ciências da Comunicação, conformando um movimento de revisão do conceito de Políticas de Comunicação. De uma perspectiva resumida à atenção aos meios tradicionais e seus conteúdos, com baixa interferência do Estado, iniciava-se um movimento de expansão do conceito que abarcava outros aspectos direta ou indiretamente relacionados com os problemas da comunicação.

[...] incluye el sistema de las telecomunicaciones, el flujo de noticias y el trabajo de publicidad, los modernos métodos de la informática, el mundo editorial, la labor periodística, la investigación de la comunicación y la formación de los periodistas, sin olvidar la comunicación institucional e interpersonal y toda la infraestructura legal que regula las variadas actividades de comunicación. Todo esto conforma el sistema de comunicación de un país. (SCHENKEL, 1981, p. 16).

O autor destaca que o desafio das Políticas Nacionais de Comunicação estaria na conformação de condições para reorganização do sistema de comunicação dos países, no sentido da satisfação das necessidades do desenvolvimento nacional – mas numa perspectiva distanciada das premissas difusionistas das primeiras estratégias para o desenvolvimento da ONU (ONU, 1961). Isso significa, conforme García (1980, p. 260), que o debate em torno das políticas de comunicação estaria assentado sob a teorização e conceituação de duas perspectivas antagônicas de sistema de comunicação social: um orientado ideologicamente para a preservação e a expansão do modelo de subdesenvolvimento autossustentado e articulado conforme a lógica e natureza da economia de mercado, com a transnacionalização da estrutura de classes, da organização política e da cultura; e o outro modelo relacionado à ciência social crítica, com perspectiva de transformação e de desenvolvimento. Assim, o pano de fundo de toda a discussão se assentaria em um dilema histórico: “*comunicación para la dependencia o para el desarrollo*”.

De acordo com Jurado Vargas (2009), a temática das políticas nacionais de comunicação seguiria em destaque nas Conferências Gerais da Unesco. Na 18ª Conferência Geral da Unesco, em 1974 (UNESCO, 1974), seriam planejados a realização de uma Conferência Intergovernamental Latino-Americana, em 1975 – mas que ocorreria em 1976 –, e um evento similar para 1977, no continente asiático. Ambas oportunidades teriam caráter regional e tratariam de questões relativas à problemática da Comunicação e, por isso, não envolveriam ou vinculariam em suas deliberações as posições defendidas pelos países desenvolvidos (UNESCO, 1974). No plano latino-americano, a Conferência Intergovernamental foi precedida da reunião de especialistas intitulada “*Planificación y las Políticas Nacionales de Comunicación*”, realizada na cidade de Bogotá, em 1974.

Schenkel (1981) explica que a definição de Políticas Nacionais de Comunicação (PNC) é difícil, principalmente em razão de a Comunicação estar presente em diversos setores. Trata-se de “*un conjunto integrado, explícito y duradero de políticas parciales de comunicación armonizadas en un cuerpo coherente de principios y normas dirigidos a guiar la conducta de las instituciones especializadas en el manejo del proceso general de comunicación en un país*” (BELTRÁN, 1976, p. 04).

[...] fijan los lineamientos respecto a los temas fundamentales como entre otros a) la asignación de recursos para el desarrollo de la comunicación, b) el papel del Estado como promotor de procesos de comunicación y su interrelación con el sector privado, c) los derechos y libertades que deben gobernar la esfera de la comunicación, d) el empleo de las modernas tecnologías de comunicación así como e) la defensa de los valores nacionales y de la diversidad política y cultural que deben caracterizar a los procesos de comunicación. (SCHENKEL, 1981, p. 18).

Segundo Jurado Vargas (2009, p. 92), resumidamente, as PNC precisariam contemplar três aspectos, em especial: a) necessidade de pluralismo e democracia na comunicação. Isso significa que as Políticas de Comunicação precisariam ser elaboradas considerando a inclusão dos diversos setores e categorias envolvidos no campo da comunicação; b) protagonismo do Estado como agente de fomento do debate e integração dos interesses dos diversos setores envolvidos, com o objetivo de construção da integração nacional e satisfação das demandas sociais; c) integração regional, uma vez que a organização de políticas conjuntas entre os países da região teria potencial de proporcionar ações e conformar mercados capazes de fazer frente às forças internacionais de comunicação, tanto simbolicamente quanto economicamente, proporcionando um adequado desenvolvimento regional.

Entretanto, as conclusões e propostas emergidas da reunião seriam observadas com suspeita tanto pelo Instituto Internacional de Imprensa² quanto pela Sociedade

2. O Instituto Internacional de Imprensa é uma rede global de editores, executivos de mídia e jornalistas. Em seu *site* oficial, a entidade afirma que sua missão é defender a liberdade de imprensa e o fluxo livre de notícias. Disponível em <https://ipi.media/>. Acessado em 11 out. 2020.

Interamericana de Imprensa³ – entidades representativas e vinculadas a grandes empresas midiáticas do continente americano, e com sede nos Estados Unidos da América (EUA). Para Jurado Vargas (2009), esse posicionamento contrário das entidades internacionais de Imprensa se deveria ao entendimento resultante da reunião de especialistas, que considerou a concentração da possibilidade de emissão e recepção de informação como elemento nocivo ao processo de desenvolvimento, ainda mais quando da submissão dos sistemas nacionais de comunicação aos interesses não alinhados à região. As entidades representativas da imprensa dos países industrializados argumentavam que as diretrizes propostas das Políticas Nacionais de Comunicação produziram a “estatização da informação”, gerando riscos à liberdade de imprensa e de expressão.

Porém, esses questionamentos seriam desconstruídos nas arenas da Unesco nos encontros de especialistas de 1975, em San José de Costa Rica e em Quito, Equador, com o apoio do Ciespal, do Centro de Estudios Democráticos de América Latina (Cedal) e da Fundação Friedrich Ebert. Contra esse contexto, as resoluções da reunião dos especialistas indicariam a necessidade de institucionalização de Políticas Nacionais de Comunicação como instrumentos capazes de proporcionar a participação democrática na construção de condições para o desenvolvimento (JURADO VARGAS, 2009).

Já da reunião realizada em Quito (Equador) – *“Reunión de Experto sobre Promoción e Intercambio de Noticias”* –, surge um novo campo de debate na preparação da *“Conferencia Intergubernamental sobre Política de Comunicación en América Latina y el Caribe de 1976”* (GARCÍA, 1980, p. 269). Isso porque o debate teria focado a natureza e os efeitos da transnacionalização do comércio de notícias e a necessidade de organização de agências multinacionais de informação, *“como condición inmediata de cualquier acción destinada a modificar o aminorar las relaciones de dependencia en este campo explosivo de la comunicación social”*. Desse debate surgiram apontamentos importantes no que tange à definição de Políticas Nacionais de Comunicação Social:

a. la de sugerir a la Conferencia Intergubernamental sobre políticas de comunicación que “de la más alta prioridad a la necesidad de dejar explícitas las políticas nacionales de comunicación, en lo que concierne a flujo internacional de la información, en sus respectivos países”; b. la de reiterar la necesidad de crear una agencia noticiosa latinoamericana y del Caribe; c. la de subrayar la necesidad de que los gobiernos participantes protejan a dicha agencia regional frente a la competencia de las agencias extra-regionales, valiéndose de recursos como las tantas preferenciales o el establecimiento de porcentajes para su utilización por los medios de América Latina; y d. la de recomendar a los gobiernos que promuevan, dentro de sus políticas nacionales de comunicación, el más expedito establecimiento de agencias de noticias nacionales, especialmente públicas, las que posteriormente constituirán la agencia latinoamericana. (GARCÍA, 1980, pp. 269-270).

3. A Sociedade Interamericana de Imprensa é uma organização sem fins lucrativos, surgida em 1926 nos Estados Unidos, cujos objetivos são a defesa da liberdade de expressão, de imprensa, do aumento da qualidade técnica dos profissionais da Imprensa, bem como dos princípios básicos de uma sociedade livre e da liberdade individual. Disponível em <https://pt.sipiapa.org/contenidos/asip-y-su-historia.html>. Acessado em 11 out. 2020.

Assim, aponta Jurado Vargas (2009), emergiria a perspectiva segundo a qual haveria a necessidade de que as Políticas Nacionais de Comunicação previssessem medidas para limitar a participação estrangeira nos veículos de comunicação e para equilibrar a importação massiva de materiais de comunicação, assim como medidas para fomentar a produção de bens simbólicos e culturais midiáticos no âmbito latino-americano.

García (1980) aponta que as reuniões de especialistas realizadas em Bogotá/Colômbia (1974), São José/Costa Rica (1975) e Quito/Equador (1975), promovidas pela Unesco, e que antecederiam a Conferência Intergovernamental organizada pela Unesco, em 1976, definiriam as bases conceituais e ideológicas de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) para a América Latina, baseada nos preceitos da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

1. La manera de enfocar la situación interna de las comunicaciones en Latinoamérica, caracterizada por la aguda concentración de las oportunidades de emisión y recepción de mensajes en manos de intereses privados minoritarios y adversos a esos cambios sociales que constituyen el pre-requisito del desarrollo nacional; 2. La percepción de la situación externa de la comunicación como indebidamente sometida a la influencia dominante de intereses económicos y políticos de los Estados Unidos; 3. La concepción de que las políticas nacionales de comunicación podrán ser un instrumento capaz de remediar o modificar estas situaciones favorables, si expresan – de manera democrática y pluralista – la participación de los diversos sectores vinculados a los medios de comunicación (propietarios, profesionales, funcionarios, etc., representados en probables Consejos Nacionales de políticas de Comunicación; 4. La asignación al Estado de un papel conductor en la implantación de políticas nacionales de comunicación dentro del esquema liberal de conciliación de intereses; 5. El reconocimiento de la necesidad de que los países latinoamericanos adopten políticas conjuntas en relación con las transnacionales de la información. (GARCÍA, 1980, p. 268).

Assim, a partir da Conferência Intergovernamental de 1976, em San José da Costa Rica, sob o título de “*Primera Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Nacionales de Comunicación en América Latina*”, os cientistas da comunicação consolidariam o entendimento de que poderia haver uma nova era da comunicação social em favor do desenvolvimento integral das sociedades, acompanhando as transformações sustentadas pela NOEI. García (1980) destaca que o Informe Final da Reunião de San José de Costa Rica teria apresentado recomendações aos governos latino-americanos em quatro direções: a) necessidade de formulação e estabelecimento de políticas no sentido da instituição de programas de desenvolvimento orientados para a transformação social; b) inclusão da eliminação das relações de dependência que afetariam a maioria dos países da América Latina entre os objetivos específicos das políticas nacionais; c) eliminação da concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa, por meio da ação de regulação do Estado; d) necessidade de ajustamento das funções da comunicação social em relação aos objetivos de desenvolvimento integral nacional.

4 | A OPOSIÇÃO INTERNACIONAL À NOMIC E ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE COMUNICAÇÃO

Jurado Vargas (2009) aponta que teria se construído um clima de tensão em torno da realização da Conferência Intergovernamental de San José, em 1976. Mais do que isso: duas fortes entidades internacionais de radiodifusão e de imprensa, a Associação Internacional de Radiodifusão⁴ (AIR) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP – também em espanhol), teriam criado um Comitê para “Defesa Interamericana de Informação”. Os comunicados emitidos pelo Comitê seriam reproduzidos na maioria dos veículos afiliados aos organismos na América Latina, principalmente por meio do tradicional jornal estadunidense *The New York Times* e pelas agências internacionais de notícias *Associated Press*⁵ (AP) e *United Press International*⁶ (UPI). O conteúdo dessas reproduções afirmava que os documentos e as deliberações emergidos e aprovados desde a Reunião de Especialistas de Bogotá (1974) seriam opostos aos objetivos da Constituição da Unesco e, portanto, contrários à normalidade do direito internacional. Jurado Vargas (2009) também assinala que os conteúdos veiculados apontavam que o Ciespal buscava reformular a radiodifusão latino-americana, configurando-a em padrões socialistas. Assim, os organismos internacionais representantes dos proprietários dos veículos de comunicação e imprensa americanos acusariam a perda da legitimidade da Unesco como “*foro internacional para la discusión de los problemas de la comunicación, argumento que unos años más tarde adoptaría los Estados Unidos para tratar de justificar su separación de este organismo*” (JURADO VARGAS, 2009, p. 93). A oposição das entidades de radiodifusão e imprensa denotaria três aspectos:

a. la primera, el apoyo de las transnacionales informativas en la SIP, con el objeto de impedir – desde adentro de las sociedades latinoamericanas – la formación de una estructura informativa autónoma; b. la segunda, la alianza política entre las transnacionales y la poderosa oligarquía latinoamericana que controla la propiedad sobre los medios de comunicación social y comparte los beneficios económicos del consumismo; y c. la tercera, la inexistencia de un adecuado contexto político (como el existente en algunas regiones africanas) para hacer posible la instrumentación práctica del proyecto de nueva estructura informativa latinoamericana, con la envergadura y la independencia necesaria para cumplir los dos objetivos de mayor alcance: el de promover y estimularlas estrategias de desarrollo global de los países latinoamericanos y de sus empresas y estructuras multinacionales; y el de

4. A Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) refere-se a uma organização internacional, surgida em 1946, que agrupa operadores privados de rádio e televisão de diferentes países e regiões, cujos objetivos são empreender a defesa do livre fluxo informativo e da livre concorrência, bem como a defesa dos interesses dos operadores privados de radiodifusão. Disponível em <http://www.airiab.com/es>. Acessado em 11 out. 2020.

5. A Associated Press (AP) se refere a uma agência de notícias criada em 1846, na cidade de Nova York (EUA), a partir do financiamento de cinco periódicos da localidade. A agência encontra-se, atualmente, em atividade em 263 locais em 100 países. Disponível em <https://www.ap.org/es/sobre-nosotros/nuestra-historia/>. Acessado em 11 out. 2020.

6. A United Press International (UPI) é uma agência de notícias internacional fundada em 1907 e em atividade. Atualmente está sediada em duas cidades estadunidenses: Washington (DF) e Boca Raton, Florida. Disponível em <https://www.upi.com/>. Acessado em 11 out. 2020.

Importante salientar que, apesar das críticas dos órgãos internacionais ligados à perspectiva do livre fluxo de informações e do livre mercado, medidas semelhantes já existiam nos Estados Unidos e em países europeus – o que sugere que a oposição às perspectivas da NOMIC era motivada pelo intento de dominação e não pela defesa das premissas do liberalismo econômico (JURADO VARGAS, 2009).

5 | A DECLARAÇÃO DE SAN JOSÉ E A PAVIMENTAÇÃO DOS CAMINHOS PARA A COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE PROBLEMAS DA COMUNICAÇÃO

Em que pesem as distorções acerca das formulações dos encontros de especialistas desde Bogotá, e as pressões midiáticas a que foram submetidos os representantes dos governos participantes, a Conferência Intergovernamental de Costa Rica foi finalizada com a adoção de uma declaração favorável à formulação de Políticas Nacionais de Comunicação, a Declaração de San José (UNESCO, 1976a), que afirmava:

[...] la necesidad humana de comunicarse existe en todo tiempo, lugar y formas de organización social, a partir de la cual, y con ayuda de la ciencia y la tecnología, se han desarrollado medios de comunicación masivos, los cuales forman parte de los recursos de la sociedad y de su patrimonio científico; y que por tanto, tales medios deben servir para salir del aislamiento en que se encuentran grandes sectores de la población haciendo un uso pacífico y benéfico de ellos para el conjunto de la sociedad (JURADO VARGAS, 2009, p. 94).

Neste contexto, Jurado Vargas (2009, p. 95) afirma que caberia aos Estados a responsabilidade de “estimular, apoiar, promover e difundir” o uso dos bens simbólicos da comunidade com o objetivo de empreender seu desenvolvimento integral. Para tanto, tornar-se-ia necessário o estabelecimento de planos e programas para ampliação da utilização positiva dos meios de comunicação como ferramenta das políticas de desenvolvimento nacional, baseadas nas realidades locais e respeitando os princípios de liberdade de expressão, direitos humanos, além da soberania de cada estado.

Para Jurado Vargas (2009) poder-se-ia resumir as considerações e diretrizes que compõem a Declaração de San José, de 1976, a respeito da formulação de políticas de comunicação no contexto das políticas de desenvolvimento em 10 asserções. A primeira se refere ao reconhecimento da necessidade de circulação equilibrada de informação no âmbito internacional; e que a garantia acerca dessa circulação estaria no estabelecimento de dispositivos legais a nível nacional. A segunda partiria do princípio acerca da emergência de estruturação de sistemas de comunicação complementários ao de caráter comercial, bem como a ampliação da participação dos diferentes setores sociais no processo de comunicação. Outra diretriz (terceira) defenderia o reconhecimento do direito à livre

circulação de comunicação e informação. Neste contexto, também surgiria (quarta) a necessidade de reconhecimento do “direito à comunicação” como princípio derivado do direito universal à livre expressão do pensamento, bem como seus aspectos de acesso e participação no âmbito da esfera pública. Ainda no campo dos direitos (quinta), as diretrizes apontariam para a necessidade de continuidade aos esforços para constituição de uma regulação internacional do “direito à réplica”.

Conforme Jurado Vargas (2009), a sexta diretiva se referiria ao entendimento segundo o qual seria prerrogativa dos Estados a formulação de políticas e planos nacionais no campo da comunicação social, elaboradas a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada país. A sétima formulação diria respeito à necessidade de criação de Conselhos Nacionais de Comunicação; ainda nesse sentido (oitava asserção), haveria a necessidade de criação de uma “agência regional de notícias” ou ainda um consórcio regional de agências nacionais de notícias.

O investimento em pesquisa também estaria previsto como necessidade na Declaração de San José, de 1976; no documento constaria a premissa de que o efeito da comunicação social nos processos regionais de integração precisaria ser estudado com mais profundidade, de forma a subsidiar a melhoria das condições de cooperação. Por fim, a décima diretriz, estaria exposta a premissa segundo a qual aos Estados caberia a responsabilidade de coordenar as novas políticas nacionais, levando em consideração o contexto da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

[...] la Declaración de la Conferencia Intergubernamental de San José de 1976 no se agotó en subrayar la necesidad de ampliar la participación del Estado y de los diversos sectores sociales para gestionar la comunicación social o masiva, así como sus medios y tecnologías a través de políticas públicas, entendidas como meros cursos de acción para atender los asuntos de interés general que posicionan en las agendas de gobierno – con mayor o menor fuerza – los distintos actores nacionales e internacionales que inciden en ellas, sino que prefiguró, basado en una pretensión de justicia en las relaciones entre el Norte y el Sur, un propósito mucho más ambicioso: el establecimiento de un orden, basado en derechos, que reclamaba del poder estatal una mediación política que permita racionalizar la gestión de los problemas sociales de la comunicación en consonancia con los planteamientos del Nuevo Orden Económico Internacional. En ese sentido, esta declaración recoge y al mismo tiempo proyecta la demanda por un nuevo orden de la comunicación tanto en el ámbito nacional como en el internacional. (JURADO VARGAS, 2009, p. 96).

De acordo com Jurado Vargas (2009), a Declaração de San José⁷ ainda influenciaria os debates empreendidos na 19ª Conferência Geral da Unesco, realizada no final do mesmo ano. Na oportunidade seria aprovada a criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação (UNESCO, 1976b), viabilizada a partir de 1977, e que ficaria responsável

7. A Conferência Intergovernamental que culminaria na elaboração da Declaração de San José realizou-se entre os dias 12 e 21 de julho de 1976; já a 19ª Conferência Geral da Unesco ocorreria entre os dias 26 e 30 de novembro de 1976, em Nairóbi, na República do Quênia.

pelo desenvolvimento de estudo sobre os problemas da comunicação, considerando os progressos tecnológicos e a evolução da complexidade das sociedades mundiais. A intenção era que esse estudo representasse uma das estratégias para a contribuição da Unesco ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, em conformidade com as Resoluções aprovadas nas Assembleias gerais da ONU ocorridas em 1974⁸, assim como atendia à Resolução nº 12.1 da 18ª Conferência Geral da Unesco, que indicava a necessidade de o organismo empreender contribuição “plena e total” ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) (UNESCO, 1974). Resultado dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação, o relatório final de estudo e proposição ficaria conhecido como Informe MacBride (1980), que seria traduzido para a língua portuguesa com o título “Um mundo, muitas vozes”.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma série de apontamentos são possíveis a partir da observação da construção histórica do ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, que culminaria na elaboração de um dos documentos mais relevantes sob o ponto de vista das Políticas de Comunicação e das tentativas de transformação dos sistemas de comunicação no mundo – o Informe MacBride (1980). Nesta oportunidade, destacam-se três deles.

O primeiro é o próprio ingresso paulatino das temáticas e perspectivas acerca dos problemas da comunicação e a construção das possibilidades da comunicação para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Trata-se de perspectiva de vanguarda em um contexto pós-guerra, polarizado entre duas potências internacionais que espriavam suas influências por meio de diferentes organismos e pelo financiamento de iniciativas.

O segundo apontamento se refere ao amadurecimento do conceito de Políticas Nacionais de Comunicação, mediante as contribuições acadêmicas e dos debates nas arenas internacionais, com participação de diferentes instituições e atores dos Estados e das sociedades civis. Esse amadurecimento, concomitante com a construção de uma proposta de regulação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países, a Nova Ordem Econômica Internacional, representou a consolidação de uma estratégia real para a superação das causas e das consequências do subdesenvolvimento, que tinha nos sistemas de comunicação, ao mesmo tempo, um suporte e mecanismo para a transformação da qualidade de vida e a promoção da soberania.

E, por fim, cabe ressaltar a constante pressão internacional no sentido contrário à construção dessa proposta de regulação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países, baseada e apoiada na transformação dos sistemas de comunicação

8. Resoluções nº 3201 (S-VI) e nº 3202 (S-VI), que contêm a Declaração e o Programa de Ação sobre o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional; resolução nº 3281 (XXIX), que contém a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

social. Orquestrada por entidades internacionais ligadas aos sistemas convencionais de comunicação, às grandes corporações transnacionais e aos Estados desenvolvidos, essa pressão buscou o solapamento das propostas mais progressistas e decoloniais da comunicação no mundo. Sobreleva-se, portanto, a partir desse resgate histórico, o caráter vanguardista do Informe MacBride (1980).

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, L. R. Políticas nacionales de comunicación en América Latina: Los primeros pasos. **Nueva Sociedad**, 25, 4-34, 1976. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/242_1.pdf. Acesso: 2 nov. 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARCÍA, A. **Comunicación para la dependencia o para el desarrollo**. Colección Intiyan. Quito-Ecuador: Ciespal, 1980.

ISLAS, O. Sociedad de la Información, Sociedad de la Ubicuidad. In: ISLAS, O. **Internet y la Sociedad de la Información** (Tomo I). Quito, Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2005.

JURADO VARGAS, R. **Reconstrucción de la demanda por el derecho humano a la comunicación**. Quito, Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2009.

MacBRIDE, S. International Commission for the Study of Communication Problems. **Many Voices, One World: Towards a New, More Just, and More Efficient World Information and Communication Order**. London: Kogan Page; New York: Unipub; Paris: Unesco, 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066>. Acesso: 2 nov. 2020.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J. & BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 1710 (XVI), de 19 de diciembre de 1961. **Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Programa de cooperación económica internacional**. Disponível em: [https://undocs.org/es/A/RES/1710\(XVI\)](https://undocs.org/es/A/RES/1710(XVI)). Acesso: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General, 16ª reunión**, París, 12 de octubre-14 de noviembre de 1970, v. 1: Resoluciones. 1970. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). Informe de la Reunión de Expertos sobre políticas y Planeamiento de la Comunicación. **Revista Chasqui**, n. 02, Quito, Ecuador: Ciespal, 1973.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General, 18ª reunión, París**, 17 de octubre-23 de noviembre de 1974, v. 1: Resoluciones. 1974. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Declaración de San José, adoptada por la Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas de la Comunicación em América Latina**, San José de Costa Rica, julio de 1976. 1976a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000047638_spa. Acesso: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). Actas de la Conferencia General, 19a reunión, Nairobi, 26 de octubre-30 de noviembre de 1976, v. 1: Resoluciones. 1976b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114038_spa. Acesso: 11 out. 2020.

SALLES, M. M. **O regionalismo desenvolvimentista sul-americano frente ao sistema multilateral de comércio**: uma análise jurídica do policy space pelas organizações de integração regional da América do Sul. 2012. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-19032014-100919/pt-br.php>. Acesso: 11 out. 2020.

SCHENKEL, P. Introdução. In: SCHENKEL, P. (org.). **Políticas nacionales de comunicación**. Quito: Ciespal, 1981. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio_view.php?bibid=126278&tab=opac. Acesso: 11 out. 2020.

SCHRAMM, W. L. El desarrollo de las comunicaciones y el proceso de desarrollo. In: PYE, L. W. (comp.). **Evolución política y comunciación de masas**. Buenos Aires: Troquel, 1969. Disponível em: https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/schramm_01.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

SCHRAMM, W. L. **El papel de lá información en el desarrollo nacional**. Traducción y edición de Ciespal. Quito, Ecuador: Ciespal, 1967.

SOBRE O ORGANIZADOR

EDWALDO COSTA - Pós-Doutor em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (ECA/USP), Departamento de Jornalismo e Editoração (2019). Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2014. Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Marília (2008) e especialista em Informática na Educação (2006), pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Concluiu graduações em Comunicação Social/Jornalismo e Ciências da Computação. Atuou como professor de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no Centro Universitário Toledo de Araçatuba e na União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo. Coordenou o curso de Especialização em "Inteligência Estratégica", da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra em Mato Grosso (ADESG-MT) e também supervisionou projetos de pesquisa e extensão com apoio da FAPEMIG e CAPES. Foi professor orientador (bolsista CAPES) de Trabalho de Conclusão de Curso na Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido pelo Departamento de Educação Especial da FFC/UNESP/Marília-SP, em parceria com a SEESP/MEC e UAB (Universidade Aberta do Brasil). Na prática profissional, trabalhou em órgãos de imprensa nacional e internacional. Entre as principais coberturas jornalísticas estão: a Copa das Confederações (2013); a Copa do Mundo (2014); a Operação Acolhida-Venezuelanos (2019) e a Inauguração da Estação Antártica Comandante Ferraz (2020). Atualmente, o organizador do e-book é membro efetivo da Academia de Letras do Brasil-DF e cursa o segundo pós-doutorado na Daphne Cockwell School of Nursing - Ryerson University – Canadá, além de atuar como jornalista no Centro de Comunicação Social da Marinha, em Brasília.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Fílmica 126

Assessoria de Imprensa 165, 166, 168, 169, 172, 173, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Audiovisual 33, 36, 64, 65, 66, 79, 81, 92, 93, 94, 113, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 155, 157, 227, 228, 231, 287, 291, 334

C

Cinema Brasileiro 112, 115, 118, 124, 125

Comunicação 1, 2, 16, 18, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 112, 113, 114, 121, 126, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 152, 153, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 181, 186, 187, 188, 204, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 241, 245, 250, 251, 252, 253, 256, 259, 260, 270, 271, 272, 273, 275, 284, 285, 291, 300, 301, 310, 311, 312, 315, 316, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 331, 332, 334, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 358

Concentração 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 159, 227, 228, 344, 350, 351

Conflito 1, 2, 3, 5, 11, 86, 104, 107, 155, 157, 277, 305, 306, 309, 325

Crítica Político-Social 64, 66, 67, 69, 76, 77, 78

Cultura Pop 93, 94, 108, 111, 197, 236, 282

D

Desmonte da Ebc 41

Ditadura Militar 35, 36, 67, 77, 79, 91, 113, 118, 119, 120

Documentário 126, 127, 131, 132, 133, 135, 334, 337, 341, 343

E

Ecopropaganda 138, 139, 144, 148

Elite 83, 93, 94, 96, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Estética 8, 65, 66, 81, 90, 109, 138, 139, 140, 151, 154, 155, 156, 160, 200, 204, 338, 339, 341, 342

Estilo Televisivo 149, 150, 160, 162

Estrutura Discursiva Narrativa 11, 1, 2, 3, 7, 15

Experiência Comunicável 1, 4, 6, 7, 14

F

Festival 10, 79, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 112, 113, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 129

I

Imagem 16, 18, 20, 21, 25, 30, 120, 121, 122, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 167, 168, 184, 187, 188, 196, 203, 205, 211, 213, 217, 218, 219, 228, 242, 262, 269, 273, 274, 276, 277, 278, 280, 287, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 317, 318, 335, 336, 337, 338, 341

Indústria Cultural 45, 47, 48, 55, 81, 92, 271, 295

Indústria Fonográfica 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 88

Inovação Tecnológica 45, 51, 54

J

Jornalismo 1, 4, 16, 44, 112, 114, 125, 149, 165, 167, 358

Jornalismo Cultural 112, 124

L

Legislação de Mídia 33

Leitura Crítica 93, 99, 105

Luto 126, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 290

M

Matrizes Culturais 149, 151, 152, 153, 155, 162, 294

Mercado de Música 45, 51

Música 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 156, 250, 270, 314

N

Narrador 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 105, 276, 277, 279, 280, 281

Necropolítica 126, 127, 128, 129, 136, 137

O

Oligopólios 33, 35, 42

P

Perfil 56, 59, 75, 118, 140, 165, 166, 169, 186, 187, 191, 260, 261, 262, 265, 266, 270, 289, 309

Prática 1, 7, 10, 31, 40, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 71, 97, 99, 148, 155, 165, 166, 169, 186, 205, 206, 241, 245, 272, 274, 275, 281, 282, 284, 289, 291, 311, 329, 358

Práticas Profissionais 57, 165

Precariedade 126, 127, 129, 130, 136

Publicidade 1, 2, 8, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 30, 31, 45, 51, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 140, 144, 148, 207, 213, 237, 241, 265, 298, 299, 300, 301, 305, 310, 311, 325, 326, 327, 330, 331, 333

R

Redação Publicitária 1, 2, 7, 15, 18, 31, 58, 63, 310

Retórica 4, 112, 117, 120, 123, 124, 143, 144, 310

S

Semiótica 15, 95, 97, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 188, 205, 358

Série 15, 35, 38, 58, 71, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 122, 123, 129, 155, 199, 218, 225, 229, 234, 235, 236, 239, 246, 266, 269, 337, 338, 345, 346, 348, 355

Storytelling 64, 65, 66, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 162

T

Telenovela 82, 83, 84, 149, 150, 151, 152, 157, 159, 160, 161, 162, 286, 291, 292, 293, 294, 296, 297

Televisão 13, 7, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 98, 109, 113, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 132, 133, 140, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 194, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 259, 260, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 291, 331, 352

Terra 63, 147, 149, 151, 152, 156, 157, 159, 160, 162, 262

TV Excelsior 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 151, 235

V

Vestibular 56, 61

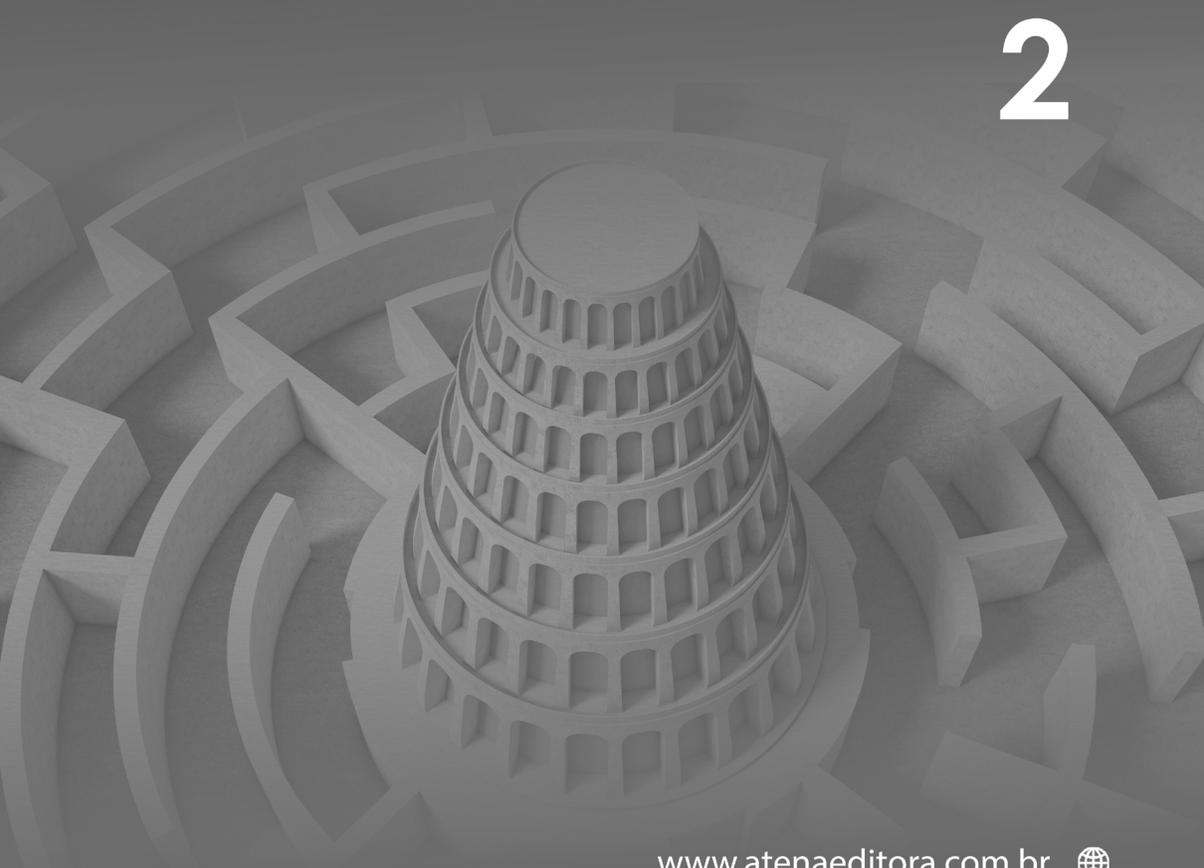
Videoclipes 64, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 233

Visualidade 149, 188

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Torre de Babel:

Créditos e Poderes da Comunicação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 